

O jogo será pesado

CARLOS CHAGAS

Ao falar à Nação, ontem, em cadeia de rádio e televisão, reafirmando seu apoio a Paulo Maluf e alertando para o que imagina serem excessos da campanha sucessória, no caso, os ataques da oposição ao governo e as bandeiras vermelhas desfraldadas no recente comício pró-Tancredo Neves, em Goiânia, o presidente João Figueiredo deu mostras de estar seguindo à risca o roteiro de ação a ele apresentado na semana passada, pelos ministros militares. Antes, já se havia pronunciado pelo candidato do PDS, que passou a levar em sua companhia, em viagem pelos Estados, bem como pediu a alguns ministros mais empenho pelo ex-governador paulista, como os militares também sugeriram. Em paralelo, solicitou de Leitão de Abreu declarações à imprensa, de convicções malufistas, e de Mário Andreazza, que telefonasse para o governador Jair Soares, pedindo definições.

Das recomendações mais importantes feitas pelo general Walter Pires, pelo almirante Alfredo Karam, pelo brigadeiro Délio Jardim de Mattos e pelo brigadeiro Waldir Vasconcelos, sobram algumas ainda não aplicadas, como aquela, polêmica, de convencer os meios de comunicação social a abrir espaços maiores para Maluf nos noticiários, já que, na visão oficial, estão quase todos favoráveis a Tancredo Neves. Pode ser perigoso mexer nessa casa de marimbondo, pois a imprensa, afinal, não cria. Reproduce e se incorpora no que parece o anseio nacional indiscutível, de mudanças. Ainda mais se for levada ao pé da letra a recomendação, que envolve a criação de um grupo de trabalho chefiado pelo general Rubem Ludwig e integrado por gente da assessoria de imprensa do Planalto, do Dentel, do SNI e da Receita Federal. O simples alinhamento dos componentes pressupõe ameaças, intimidações, pressões e favores.

A pergunta que se faz é por que o governo, de uns dias para cá, resolveu malufar mais do que vinha malufando. São várias as explicações: primeiro, porque, apesar do apoio retórico dado pelo presidente e pelo Ministério ao candidato, este continua caindo a olhos vistos.

Estaria derrotado, se a eleição fosse hoje, nove fora as proclamações de vitória mais do explicáveis, nessas ocasiões. Depois, porque diante da apatia e de um óbvio desinteresse de expressivas figuras do governo diante da sorte da candidatura Maluf (bom dia, dr. Leitão de Abreu), entenderam os ministros militares como necessário um esforço comum. Mais do que os políticos, eles temem as consequências de uma vitória do candidato oposicionista, em seu entender capaz de ser envolvido pelas esquerdas radicais. Por inclinação, por obrigação ou por fidelidade ao presidente da República, eles são Maluf em tempo integral, ainda que isso não signifique o engajamento das respectivas corporações que chefiam.

Admite-se, também, que o governo se lance nessa empreitada infausta de trabalhar ainda mais por Paulo Maluf, tendo em vista o projeto de abertura política do general João Figueiredo. Na medida em que ele e seus ministros se empenham na campanha, fica óbvio que o jogo é para valer e afastam-se sombras sempre presentes de desestabilização do quadro sucessório, de golpes ou sucedâneos.

Há um quarto motivo: as reações, por enquanto restritas, de setores malufistas inconformados com os pequenos ou com os nulos resultados decorrentes do respaldo verbal dado ao ex-governador paulista pelo Palácio do Planalto. Explica-se. O deputado Amaral Neto começou, o deputado José Carlos Fonseca o secundou, e outros vieram, formulando duras críticas ao governo por não estar-se empenhando como deveria. Isso representa o quê? Nada mais nada menos do que um sinal dado pelo candidato. Porque se há uma coisa que ele prega é o comando unificado. Se não tem nada a ganhar tornando-se o ungido dos deuses, melhor fará apresentando-se

isolado. Afinal, venceu a convenção nacional do PDS porque não era o preferido oficial. Mário Andreazza parecia muito mais dispor dessa condição, apesar de não ter recebido senão o desdém de Figueiredo por suas pretensões. Valeram as versões. Depois da convenção, Maluf começou a cair. Perdeu adeptos e não conquistou os que pretendia, aí estando, como demonstração, a Frente Liberal em ascensão e quase todos os governadores do partido prestes a aderir a Tancredo Neves.

A hipótese de Paulo Maluf, por falta de espaço e de condições, adotar posturas independentes e até de crítica ao governo não agradará muito aos inquilinos do Palácio do Planalto, mas, para o candidato, significará a mesma coisa: o malogro final, pois o campo oposicionista se encontra ocupado pelo ex-governador mineiro.

Existirão outros capítulos desconhecidos e por aparecer, nessa sequência de esforços oficiais para levar Paulo Maluf à vitória. O próprio ministro da Justiça, Ibrahim Abi-Ackel, não exclui a hipótese da decretação das medidas ou do estado de emergência, para o período da reunião do colégio eleitoral, caso, em seu entender, as oposições se exaltem e tentem transformar Brasília num circo. Na verdade, não será bem assim, se for. O governo poderá muito bem encontrar pretextos para cercar o Congresso, reativar o general Newton de Oliveira e Cruz (credo) e promover a censura nas estações de rádio e de televisão. Isso impedirá que a opinião pública tome conhecimento do comportamento de muitos eleitores privilegiados ávidos de malufar, mas contrangidos pelas consequências de seu gesto. Inclusive oposicionistas.

É ainda o ministro da Justiça que, dizendo desconhecer o documento dos seus companheiros militares, acha perfeitamente válida a sua intervenção. Eles são, para Ibrahim Abi-Ackel, auxiliares políticos do presidente, como todos os ministros. Assim, têm o direito de manifestar preocupações e de indicar saídas. Pressões, para o ex-deputado por Minas Gerais, existem em duas formas: legítimas e ilegítimas. Em seu entender, estarão no primeiro caso até mesmo execuções de obras públicas que venham a beneficiar candidatos: a palavra pressão, quando escoimada do sentido de força, existe e existirá sempre, na política e fora dela.

Os partidários de Tancredo Neves mostravam-se tranqüilos, ontem, mesmo diante da evidência da blitz desencadeada, e de seus inspiradores. Acreditam que um maior empenho do governo em favor de Paulo Maluf só fará assegurar ainda mais as regras do jogo, tornando-as impossíveis de refluxo. Em 1982, alguns oposicionistas afoitos criticaram a presença do presidente Figueiredo nos palanques em favor dos candidatos do PDS, mas foi aquela postura que garantiu a posse dos eleitos. Se, agora, a história se repete, a conclusão será pela irreversibilidade do quadro. Eles consideram pueris as acusações de agitação, baderna e radicalismo esquerdista na campanha e nos comícios de Tancredo. Coisa para La Fontaine, do lobo e do cordeiro. Em Goiânia, por exemplo, calculou-se em sete mil as bandeiras vermelhas desfraldadas, mas apenas duas eram do PC do B. As demais eram vermelhas porque as cores do PMDB são o vermelho e o branco — dizem. E quanto a discursos veementes, mesmo Tancredo Neves, contra o descabimento e o desgoverno reinantes, poderiam até constituir excessos da política. Mas não constituem, porque a realidade é essa mesmo. As oposições não temem que, da aplicação das sugestões militares à campanha de Paulo Maluf, possa registrar-se uma alteração de expectativas eleitorais. A margem de que dispõem é ampla e aumentará, para eles. Por mais que Paulo Maluf possa utilizar seus métodos peculiares de aliciamento de votos, não vai dar. Do que menos cogitam é de golpe ou de retrocesso, julgando não haver mais clima para isso, nem animus por parte do governo.



Arquivo

Leitão fica sob pressão dos quatro ministros